

Beneficiários da exclusão: obstáculos para a inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros

João Paulo Faria TASSO¹
Elimar Pinheiro DO NASCIMENTO²
Helena Araújo COSTA³

Resumo: O foco do presente artigo está no estudo sobre os fatores que influenciam os processos de inclusão socioeconômica de habitantes de destinos turísticos, de entorno de parques nacionais brasileiros, no sistema produtivo local do turismo. A relevância do trabalho perpassa pelo entendimento de que a inclusão socioeconômica (pelo emprego formal ou por práticas de inserção produtiva) pode ser definida como um dos aspectos essenciais para a sustentabilidade do turismo. Foram selecionados dois municípios (Barreirinhas - MA e Jijoca de Jericoacoara - CE) localizados em regiões turísticas caracterizadas tanto por suas potencialidades naturais, quanto pela incipiente participação de seus habitantes nos benefícios econômicos decorrentes do setor. A ampla incidência de pobreza e de baixos rendimentos econômicos de seus moradores são aspectos que definem similitudes entre os cenários. O objetivo é fomentar o debate sobre os fatores que contribuem para, ou impedem, a inclusão socioeconômica das populações locais de destinos turísticos nacionais no sistema turístico. As reflexões são: em que medida a dinâmica do turismo nesses locais permite ou não a inclusão socioeconômica dos habitantes no sistema produtivo local do turismo, e como ela ocorre? Por que alguns conseguem se inserir e outros não? Quais os fatores que contribuem para a inclusão socioeconômica? O intuito é que as discussões fomentadas contribuam para o debate sobre a construção de políticas públicas mais efetivas e eficazes de inclusão social.

Palavras-chave: Inclusão Socioeconômica. Turismo Sustentável. Desenvolvimento Local. Sistema Produtivo Local de Turismo. Inclusão e Exclusão Social.

Introdução

Ainda que pouco evidentes, muitos são os obstáculos enfrentados por moradores de destinos turísticos que buscam, recorrentemente, por oportunidades (a) de emprego no setor, ou (b) de inserção de produtos de base artesanal e familiar no sistema produtivo de turismo. Tais barreiras têm se apresentado sob aspectos técnicos, logísticos, jurídicos, ou mesmo culturais, contudo, sem a devida profundidade de estudo e de discussão acadêmica.

Diante do exposto, julga-se necessária a abertura de um espaço de debate sobre os fatores de inclusão e exclusão socioeconômica no sistema turístico brasileiro. Para tanto, o artigo tem como foco apresentar uma síntese dos principais resultados obtidos pela pesquisa de doutorado do primeiro autor, desenvolvida nos municípios de Barreirinhas (MA) e de Jijoca de Jericoacoara (CE).

¹ Bacharel em Turismo e Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB). Professor Adjunto do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). jfariatasso@gmail.com

² Sociólogo, Doutor pela *Université René Descartes, Paris V*, e Pós-Doutor pela *Ecole Des Hautes Études em Sciences Sociales*. Professor Associado II no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). elimarcds@gmail.com

³ Mestre em Turismo e Doutora em Desenvolvimento Sustentável. Professora Adjunta do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB). helenacosta@unb.br

O objeto da pesquisa concentrou-se no estudo sobre os fatores que influem sobre a inclusão socioeconômica direta (emprego) e indireta (comercialização de produtos locais), dos habitantes destes destinos turísticos no sistema produtivo local de turismo - SPLT (TASSO, 2014).

Os municípios estudados foram elencados em função de algumas similitudes, tais como: a presença de unidades de conservação em suas áreas territoriais (Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara); a atratividade turística gerada pelas paisagens singulares; e as altas taxas de pobreza de suas populações.

Estas últimas ultrapassam os 50% de seus moradores, em cada localidade. De acordo com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM, 2013), dentre os indicadores avaliados, o de emprego e renda é o que atesta, nos dois municípios, a menor contribuição, ainda avaliado como de baixo desenvolvimento.

Reconhecendo-se o quadro de pobreza de grande parte dos habitantes dos destinos estudados, e o cenário contraditório gerado pelo notório fluxo turístico dinamizador das economias locais, buscou-se melhor entender quais fatores contribuem para o aumento da participação das comunidades locais nos benefícios econômicos da atividade.

As discussões e dados apresentados no artigo estão distribuídos por quatro tópicos, afora esta Introdução e a Conclusão. O primeiro tópico caracteriza, de forma multidimensional, os municípios de Barreirinhas e Jijoca de Jericoacoara. O segundo tópico se concentra nas discussões teórica e epistemológica com respeito aos conceitos centrais da pesquisa, particularmente turismo sustentável, inclusão socioeconômica e sistema produtivo local de turismo. No terceiro tópico são apresentados os aspectos metodológicos e materiais utilizados para a realização da pesquisa. Já no último tópico apresentam-se os resultados, a análise crítica das informações e dos dados coletados nos trabalhos de campo, assim como, a avaliação dos fatores estudados.

É digno de nota que o presente artigo, fruto do desenvolvimento da pesquisa de doutorado, não teve como objetivo definir relações causais entre os fatores analisados e a inclusão socioeconômica. O esforço concentrou-se no reconhecimento dos fatores que podem gerar indícios de notória influência sobre a inclusão socioeconômica no SPLT.

Os destinos turísticos estudados

Barreirinhas está localizado na Microrregião dos Lençóis Maranhenses, distante 537 Km de Jijoca de Jericoacoara e 269 Km da capital do Estado do Maranhão, São Luís. Jijoca de Jericoacoara, por sua vez, encontra-se a uma distância de 295 Km da capital do Estado do Ceará, Fortaleza.

Tratam-se de áreas caracterizadas por suas potencialidades naturais singulares, com Parques Nacionais, e pela alta incidência de pobreza e baixos índices de desenvolvimento humano (IDH). Os Parques de Lençóis Maranhense e Jericoacoara são cenários paradisíacos singulares, de notório fluxo turístico no Brasil e no mundo. Tratam-se de áreas distintas, pois a UC maranhense possui 155.000 hectares de superfície e a UC cearense apenas 8.850 hectares.

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses reflete aspectos naturais marcados, principalmente, pelas inúmeras lagoas de água doce que se estendem por dunas fixas e móveis, e pelo Rio Preguiças, importante meio de produção de pescados e de comunicação entre povoados ribeirinhos, cujas margens são cercadas por manguezais. Já o Parque Nacional de Jericoacoara caracteriza-se por um cenário de atrativos naturais de grande interesse turístico, como dunas, lagoas, rios e manguezais, sendo considerado um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará.

Os municípios de Barreirinhas e de Jijoca de Jericoacoara estão entre os “65 Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional” do Ministério do Turismo. Apresentam-se moldados por uma consistente estrutura de acolhimento turístico, com hotéis, pousadas, resorts, bares, restaurantes, lanchonetes, agências de receptivo e operadoras, além de cooperativas e associações de bugueiros, toyoteiros, pilotos de voadeiras, guias de turismo e artesãos.

Segundo o último censo realizado (IBGE, 2010), Barreirinhas conta com 54.930 habitantes, enquanto que Jijoca de Jericoacoara possui 17.002. As zonas rurais continuam sendo as de maiores concentrações populacionais, 59,85% no primeiro município e 67,32% no segundo. Suas populações dedicam-se principalmente à atividade pesqueira artesanal e agrícola familiar, além da produção de artesanato (com o advento da atividade turística). O aproveitamento dos recursos naturais, ainda hoje para muitos como forma de subsistência, foi o principal fator de contribuição para fixação e formação de povoados nas áreas.

A marca maior dos dois municípios é a incidência da pobreza, suas taxas ultrapassam os 50% das populações (IBGE, 2010). Os índices de desenvolvimento municipais, referentes ao ano de 2010, reforçam esse quadro negativo. Nos dois municípios o indicador de emprego e renda, do IDHM, é o de pior rendimento, classificado como de baixo desenvolvimento (Ver **Tabela 1**).

Tabela 1: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (2010)

MUNICÍPIO	IFDM TOTAL	ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO		
		Educação	Saúde	Emprego e Renda
Barreirinhas	0.5466	0.5899	0.6583	0.3916
Jijoca de Jericoacoara	0.6921	0.8174	0.8937	0.3652

Fonte: SISTEMA FIRJAN (2013).

Inclusão Socioeconômica como estratégia de desenvolvimento local includente

Turismo e Exclusão Social

Toda e qualquer tentativa de ampliação de benefícios socioeconômicos para uma determinada região, por meio da atividade turística, pode ser acompanhada do surgimento de custos, também econômicos, para uma pequena parcela de sua população local.

Entretanto, a sustentabilidade socioeconômica, vislumbrada com o desenvolvimento do setor turístico em dada região, não pode ser atingida, apenas, pela otimização dos benefícios econômicos e pela diminuição dos custos que os acompanham. Outros aspectos de grande relevância devem ser priorizados, como a distribuição equitativa desses benefícios, a concorrência justa entre empresas locais e de fora, dentre outros (SWARBROOKE, 2000). Em contrapartida, grande parte das populações residentes em destinos turísticos brasileiros (dentre eles, Jericoacoara e Lençóis Maranhenses) parece não ter tido participação, efetiva, nos reais benefícios econômicos decorrentes da dinamização desse setor. Tal fato vai ao encontro do que é sinalizado pela literatura científica na qual se reforça que as atividades turísticas têm beneficiado de maneira desigual as populações locais (IRVING, 2006; KRIPPENDORF, 2001; CLARKE, 1997).

O aproveitamento das potencialidades ambiental e cultural, presentes nessas e em outras regiões economicamente desfavorecidas, para o desenvolvimento do sistema produtivo local de turismo, tem sido acompanhado, com raras exceções, de processos crescentes de exclusão social (IRVING, 2002). O entendimento mais aprofundado sobre as características da exclusão social denota que a exclusão é multidimensional (ROSSAVALON, 1995; NASCIMENTO, 1998).

Por se tratar de um campo teórico múltiplo (NASCIMENTO, 1998), que compreende uma rica variedade de situações (BOUGET, 1992), a exclusão social pode ser apresentada sob concepções e abordagens diversas. Como uma ruptura de vínculos sociais, comunitários, familiares ou mesmo individuais (XIBERRAS, 1992) ou como uma situação de desfiliação, em que os indivíduos se encontram, simultaneamente, desintegrados do mundo do trabalho e desinseridos do meio social (CASTELL, 1991). Um dos determinantes para a formação da injustiça social e, conseqüentemente, da estruturação da exclusão, é o desemprego (DEMO, 2002), que gera muito mais do que a perda de rendimentos. Ele acarreta, também, na perda de liberdades do indivíduo, de suas habilidades, e de seus vínculos sociais (SEN, 2000). No caso do Brasil, a expansão do desemprego já tem ultrapassado formas anteriores de exclusão, como o analfabetismo (POCHMANN, 2004).

O turismo não é tratado aqui como a atividade econômica responsável pela perpetuação desse modelo excludente, caracterizado pelos baixos índices de desenvolvimento dos destinos estudados. Pelo contrário. Ele pode ser considerado como o instrumento com maior capacidade de inverter esse quadro a partir da geração de trabalho, emprego e renda, de forma mais efetiva. Isso porque o setor de turismo é reconhecido como um segmento intensivo em mão de obra, que demanda um valor de produção para a geração de uma unidade de emprego notoriamente menor se comparado a outros setores econômicos. Mais do que isso. Pode ser tratado como uma ferramenta norteadora de iniciativas de inclusão social e produtiva.

A inclusão socioeconômica (direta e indireta) e seus fatores

Fatores de inclusão socioeconômica no SPLT são aqui entendidos como aqueles que influenciam a participação efetiva dos atores locais nos benefícios econômicos decorrentes

da atividade turística (TASSO, 2014). No caso, atores são considerados todos os indivíduos, grupos ou organizações que têm identidade própria, que são reconhecidos por outros, e que têm capacidade de agir e influenciar o seu contexto.

Os fatores de inclusão socioeconômica definidos para o estudo foram subdivididos em dois grupos: “diretos” e “indiretos”. Eles foram definidos como variáveis que contribuem, ou impedem, que um ou mais indivíduos consigam emprego ou vender seus produtos e serviços no mercado turístico. Por sua vez, muitos desses fatores já haviam sido destacados, em estudos e trabalhos técnicos pretéritos, como empecilhos para a efetivação de empregos formais (RAMOS, 1997; SEGNINI, 2000; 2010; TASSO, 2011) ou para a efetivação de vendas diretas de produtos (ISPN, 2011; CAPELLESSO & CAZELLA, 2013; VINH, 2008).

Neste trabalho os fatores que incidem sobre a inclusão socioeconômica foram divididos entre aqueles que incidem sobre a forma de inclusão direta e indireta. No **Quadro 1**, a seguir, apresentam-se os fatores com incidência de forma direta (emprego).

Quadro 1: Fatores de Inclusão Socioeconômica “Direta”

FATORES DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA “DIRETA”
Gênero: pode influenciar, ou mesmo determinar, a escolha por um candidato à vaga em funções específicas, tais como camareira, segurança/vigia noturno ou cozinheira.
Idade: pode ser decisiva nos processos de seleção de um candidato a vagas em funções específicas, quando jovens poderiam ser favorecidos (em funções que exijam melhor aptidão física) e os mais velhos preteridos.
Religião: pode ser um obstáculo na busca por oportunidades de emprego, dado que algumas religiões condenam a realização de trabalhos assalariados em determinados dias da semana, dentre outras imposições aos seus seguidores que podem ser contrárias àquelas identificadas no setor turístico.
Rede de relações sociais: a busca por pessoas próximas (“de confiança”) pode fazer com que a indicação por conhecidos, para compor o quadro de funcionários de estabelecimentos turísticos, seja um fator que contribua diretamente ao acesso ao emprego.
Acesso à informação/conhecimento da área: o conhecimento sobre a dinâmica da atividade turística, os setores que o compõem, os atrativos turísticos locais, os atores envolvidos, pode contribuir para o acesso ao emprego no setor. A carência de informações pode ter um efeito inverso.
Local de nascimento: a tendência natural de que um número crescente de habitantes locais venha a buscar por oportunidades de emprego no setor de turismo, e conseguir, dado ao aumento gradativo da atividade nas regiões, pode ter um movimento contrário com o surgimento de um estigma qualquer em relação aos nativos.
Grau de escolaridade: funções específicas podem exigir, como aspecto primordial, mais do que em outras funções, um alto índice de instrução formal daqueles que pretendem desenvolvê-la. Por outro lado, algumas funções podem não ter a mesma exigência (ou mesmo desconsiderá-la), primando por outros aspectos.
Experiência (familiar) anterior: pode ser vista tanto como um aspecto positivo quanto negativo. Positivo: o funcionário contratado não precisará de um acompanhamento próximo, demandando menos tempo no detalhamento de sua função. Negativo: pode trazer consigo “vícios” na função, decorrente de orientações distintas de outros estabelecimentos, o que demandaria tempo para correção.
Capacitação profissional: realização de cursos técnicos especializados voltados ao desenvolvimento de funções no setor de turismo pode ser um fator que contribui para a inclusão socioeconômica no SPLT. Por outra perspectiva, algumas atividades carecem de pouca, ou nenhuma, qualificação.
Proximidade física do local onde a atividade turística se desenvolve: o amplo distanciamento físico entre o local de moradia dos habitantes e o espaço onde se encontram grande parte dos estabelecimentos do <i>trade</i> turístico pode desestimular a procura de empregos por interessados, dificultar o deslocamento diário para a realização de sua função, e prejudicar o estabelecimento em atividades matinais.
Participação em cooperativas e/ou associações: em determinadas circunstâncias, a organização coletiva pode ser a única forma de habitantes locais se inserirem no SPLT, seja por meio de cooperativas, associações ou sindicatos.

Fonte: TASSO, 2014.

No **Quadro 2**, definem-se os fatores que incidem na inclusão indireta no SPLT, divididos em duas ramificações: (a) pela comercialização de produtos locais, dentre alimentícios e artesanato; (b) pelo oferecimento de serviços específicos, como de motoristas de carros tracionados, guias turísticos, pilotos de embarcações, dentre outros.

Quadro 2: Fatores de Inclusão Socioeconômica “Indireta”

FATORES DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA “INDIRETA”
Problemas quanto à emissão de nota fiscal: em especial os <i>resorts</i> , exigem a apresentação de notas fiscais pelos fornecedores, para a efetivação das compras de produtos. Este pode ser um fator determinante que limita a comercialização direta com pequenos produtores rurais locais.
Empecilhos quanto às condições de pagamento: os subsetores de grandes redes hoteleiras responsáveis pelos pedidos, controle de estoque, pagamentos e cobranças (financeiro), acabam por demandar por prazos para a efetivação do pagamento, e realizam seus pagamentos apenas por transferência bancária, o que dificulta ainda mais o desenvolvimento da comercialização.
Problemas quanto à adequação da produção à sazonalidade do turismo: o descompasso entre a sazonalidade do turismo, e a sazonalidade de algumas espécies de pescados e de frutas típicas das regiões estudadas, pode ser outro obstáculo para a inclusão socioprodutiva. Períodos de alta temporada, por vezes, coincidem com períodos de defeso de pescados ou de estiagem nas lavouras. Dessa forma, por parte dos produtores, não há como se garantir a regularidade no fornecimento (por todo o ano) dos produtos exigidos.
Falta de capital de giro, de estrutura de beneficiamento e de local de estocagem: a ausência de um alicerce econômico que cubra os muitos custos nos processos produtivos é uma realidade comum a todos os grupos de pequenos produtores rurais, nas duas regiões. Outra questão tangente é a preferência de alguns estabelecimentos do <i>trade</i> pela compra de produtos já beneficiados. Para tanto são necessárias estruturas físicas com equipamentos específicos e apropriados para sua correta produção. Para o acondicionamento do produto beneficiado, ou até mesmo para a conservação de produtos sazonais, necessita-se de locais adequados para estocagem, que mantenham a qualidade dos produtos.
Insuficiência na produção para atendimento da demanda: alguns aspectos como a provisão da quantidade necessária e a manutenção do padrão de oferecimento dos produtos e dos serviços são outras exigências às quais grupos de pequenos produtores, por vezes, não conseguem cumprir.
Indisponibilidade logística para o escoamento da produção: a falta de meios de transporte adequados, com estrutura interna para acondicionamento e escoamento dos produtos até os estabelecimentos turísticos também pode se configurar como um notório obstáculo.
Falta de capacitação profissional técnica e gerencial: necessidades básicas como cursos de beneficiamento de produtos, de boas práticas de fabricação e de higiene pessoal, somam-se aos problemas de má gerenciamento da produção, dos gastos, do estoque, das receitas. Todo o trabalho que pôde ser identificado, sem o suporte de ferramentas técnicas e informatizadas, tendem a um sistema produtivo arcaico.
Fragilidade na organização coletiva do trabalho: obstáculo de caráter essencialmente cultural e, por vezes, político. Tomadas de decisões realizadas sem um número expressivo de cooperados; falta de participação efetiva em cursos técnicos oferecidos; falta de consenso, entre membros dos grupos comunitários, sobre aspectos intrínsecos ao trabalho e sobre a implantação de novos projetos de fortalecimento produtivo, por fazerem analogia às ações e campanhas políticas das Prefeituras Municipais, que apoiam essas ações.
Dificuldades na obtenção de registros de serviços de inspeção sanitária (SIF / SIE / SIM): o SIF é um sistema nacional de avaliação e controle da produção de alimentos, comestíveis ou não, de origem animal. Implantado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil - MAPA (BRASIL, 2013a), o selo “S.I.F” atesta a qualidade sanitária e a conformidade do produto com a legislação brasileira. Suas classificações, exigências e critérios vão de acordo com a abrangência de comercialização do produto (interestadual ou internacional, intermunicipal no próprio estado, ou apenas para o próprio município). Contudo, as exigências para se atingir um padrão de qualidade que permita a obtenção do selo, ainda estão distantes da realidade dos pequenos produtores rurais.

Fonte: TASSO, 2014.

Vale ressaltar que, no caso específico da venda de pescados, de produtos agrícolas e de artesanatos, buscou-se trabalhar os fatores que limitam ou contribuem para a comercialização “direta” entre a oferta (indivíduo e grupos locais organizados) e a demanda (*trade* turístico). Sabe-se que atravessadores possuem um papel de destaque – positivo e negativo - na cadeia produtiva como um todo, porém, que acabam por viabilizar rendimentos insuficientes aos pequenos produtores rurais. Dessa forma, não sendo entendido, neste artigo, como uma estrutura de inclusão socioeconômica.

O Desenvolvimento Local Incluyente e o Turismo Sustentável

A inclusão social está atrelada, com maior propriedade, ao objetivo de conquista da justiça social, mais especificamente na justiça participativa, na qual se busca a garantia de um nível de vida digno para todos, igualdade de oportunidades, acesso à formação, disponibilidade de trabalho, participação cultural, e a minimização das diferenças sociais (BOMBASSARO; KRÜGGELER; SOUZA, 2009). Além disso, acompanhada do avanço da renda individual, por meio do emprego, e da acessível oferta de equipamentos e de serviços públicos, como educação, saúde e habitação (POCHMANN, 2005).

Os pressupostos da inclusão social devem se fazer tangentes aos processos de desenvolvimento turístico local, os quais devem buscar por melhorias nas condições de vida das comunidades locais, por meio da geração de trabalho, emprego e renda e da distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos decorrentes desse setor.

A noção de desenvolvimento local é entendida como o processo endógeno de promoção do dinamismo socioeconômico de uma unidade territorial, por meio da organização social em nível local, da preservação do patrimônio ambiental, e da exploração das capacidades e das potencialidades encontradas, buscando a autogestão pelos residentes e a melhoria da qualidade de vida de sua população (BUARQUE, 1999). A criação de oportunidades efetivas de participação e de benefício econômico para grupos residentes, puxando números crescentes de empregos decentes (sem deixar de lado a melhoria das atividades informais) referencia-se como um modelo de “desenvolvimento local incluyente”.

De todo modo, os processos de desenvolvimento do turismo no Brasil não devem se limitar apenas à disponibilização de oportunidades de emprego no setor. Deve-se ter em mente que o desenraizamento cultural, decorrente do afastamento dos pequenos produtores de suas atividades tradicionais (notoriamente desvalorizadas pelo mercado turístico), tem gerado uma baixa contribuição para a inclusão de comunidades locais, e tem acarretado em impactos socioambientais irreversíveis, e na considerável perda da identidade cultural local (BURSZTYN, 2005).

O aproveitamento racional e ecologicamente sustentável desses recursos poderia fazer parte de uma estratégia em benefício das populações locais, na qual fosse incorporada a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, num modelo de desenvolvimento partindo de dentro (SACHS, 2002). Dentre outras formas, destacam-se as ações de inclusão socioproductiva, também tratadas como “inclusão produtiva”, “inserção produtiva” e “inserção socioproductiva”, entendida como o processo

voltado à conquista de autonomia, pela formação de cidadãos que se integrem ao mundo pelo trabalho, conduzindo-os a uma vida digna, tendo seus direitos assegurados (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b).

Tratam-se de ações que contribuem para a geração de trabalho e renda para famílias usuárias da política de assistência social, por meio do fortalecimento de arranjos e de organizações produtivas comunitárias, da instrumentalização e da capacitação profissional, da valorização da identidade cultural local e do saber-fazer tradicional (SERGIPE, 2014; SEMCAS, 2013).

A inclusão produtiva é concebida como uma das vertentes de projetos de enfrentamento da pobreza, definida pelo Governo Federal Brasileiro a partir do “Plano Brasil Sem Miséria”. Esta vertente, que prevê ações no campo e na cidade, busca, dentre outras coisas, fortalecer atividades de agricultores familiares de baixa renda, pelo aumento da capacidade produtiva e pela inserção dos produtos no mercado, por meio de acompanhamento técnico, oferecimento de insumos e de água (BRASIL, 2012b). Ela é uma condição necessária para o desenvolvimento humano na qual a qualificação profissional constitui a referência mais imediata, seguida pelas iniciativas de promoção do empreendedorismo individual, microcrédito produtivo orientado, fomento e apoio à economia solidária, ou ainda, inserção pelo trabalho assalariado ou associado (BRASIL, 2013a).

No entanto, em grande parte dos casos, as ações voltadas à inclusão socioprodutiva em destinos turísticos brasileiros limitam-se apenas ao primeiro passo, representado pela capacitação e qualificação profissional dos interessados. Com a implementação de políticas e projetos de inclusão socioprodutiva sem a eficiência e a eficácia necessárias, acarreta-se o confinamento da grande parcela da maioria trabalhadora limitada às atividades informais, não direcionando benefícios e melhorias para as comunidades de baixa renda.

Vislumbra-se, a partir daí, um processo de desenvolvimento turístico o qual perpassa por várias características intrínsecas ao conceito de turismo sustentável. Ou seja, pela prudência na utilização dos recursos naturais – respeitando áreas frágeis e a capacidade de carga (COOPER, 2007). Pela distribuição equitativa dos benefícios, redução da pobreza e aumento da qualidade de vida da população residente (SWARBROOKE, 2000; IRVING, 2002; CLARKE, 1997). Pelo respeito à identidade cultural local, e incentivo à participação e ao reconhecimento das comunidades receptoras como grupos de atores sociais no processo (RUSCHMANN, 2006). Pela incorporação de princípios e valores éticos (GARROD, FYALL, 1998; FRANCE, 1998). Pela garantia da satisfação e da conscientização do turista sobre respeito e comportamento consciente e responsável, criando melhores lugares para se viver e para se visitar (GOODWIN, 2012; SHARPLEY, 2009).

Descrição Metodológica

O estudo desenvolvido teve caráter comparativo, sob a forma de apresentação analítico-descritiva dos dados. O levantamento das informações gerais e a coleta dos dados específicos, analisados na pesquisa, foram possíveis mediante abordagens exploratórias,

quantitativas e qualitativas: (a) **Exploratória**, pela observação in loco, estabelecimento de contatos com atores-chave, e análise de dados secundários; (b) **Quantitativa**, por meio da aplicação de *survey* junto a população local; (c) **Qualitativa**, pela aplicação de formulários e entrevistas, não-estruturadas e semi-estruturadas, com empresários do *trade* turístico, empregados (incluídos) no setor de Turismo, e grupos organizados locais com ligação direta ao tema de pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa se deu com a realização de suas atividades distribuídas por cinco etapas:

(1) caracterização, integral e multidimensional, dos dois destinos turísticos definidos como objeto da presente pesquisa, tendo em vista o alcance do primeiro objetivo específico desta pesquisa. Para tanto, realizou-se pesquisas documentais e bibliográficas, a fontes diversas, escritas e orais, acerca dos cenários dos territórios estudados;

(2) revisão da literatura a partir da consulta, mais aprofundada e mais abrangente, da bibliografia básica utilizada no início do trabalho. A partir de tal revisão pôde-se edificar a base de discussões teóricas que serviriam para a reflexão empírica, contribuindo para uma melhor interpretação da realidade estudada e, também, para o melhor tratamento dos dados levantados nos trabalhos de campo. Os principais conceitos abordados no trabalho foram: inclusão e exclusão social; turismo sustentável e responsável; desenvolvimento local e sustentável; sistemas e cadeias produtivas do turismo, e inclusão socioeconômica e socioproductiva;

(3) planejamento e na preparação dos instrumentos para a coleta de dados em dois trabalhos de campo. As atividades realizadas foram: (a) elaboração, discussão, refinamento e pré-teste de quatro diferentes modelos de *survey* e formulários, que foram aplicados nas duas regiões com a população local, empresários do *trade* turístico, incluídos no sistema produtivo local de turismo, e grupos organizados com trabalhos tangentes à atividade turística; (b) desenho do plano amostral para os municípios de Barreirinhas e Jijoca de Jericoacoara; (c) seleção e capacitação dos dois grupos de entrevistadores em cada um dos dois municípios; organização da estrutura logística (carro e voadeira) para acesso às comunidades, urbanas e rurais, dos dois municípios estudados, e demais materiais a serem utilizados (gravador e materiais de escritório como blocos de notas, canetas, etc.). O desenho amostral probabilístico e a estrutura do instrumento de *survey* foram preparados para que os dados gerados pudessem ser analisados com ferramental estatístico univariado e multivariado;

(4) realização de dois trabalhos de campo em cada uma das duas localidades foco da pesquisa. O primeiro trabalho de campo foi realizado entre os dias 12 e 27 de novembro de 2012, na região de Jijoca de Jericoacoara, e entre os dias 28 de novembro e 04 de dezembro de 2012, na região de Barreirinhas;

(5) sistematização e análise de todos os dados obtidos nos dois trabalhos de campo. Inclui-se as seguintes atividades: digitação, codificação, tabulação, processamento e análise dos dados por meio da utilização dos softwares IBM SPSS *Statistics* 20.0 (*Statistical Package for Social Science*) e *Free R*.

Resultados obtidos e análise crítica

A partir dos dados coletados junto às duas populações locais, pôde-se perceber que apenas 22,8% dos entrevistados de Barreirinhas, e 17,5% dos entrevistados de Jericoacoara, já haviam buscado por oportunidades de emprego no setor de turismo. A grande maioria dos entrevistados dos municípios maranhense e cearense (76,6% e 82,5%, respectivamente), não buscou emprego no setor de turismo porque “não gostam desse tipo de atividade” (15,6% e 9,5%), “não querem abandonar suas atividades tradicionais” (14,8% e 30,7%), ou “não possuem estudo suficiente” (12,8% e 20,9%). Portanto, os principais motivos de não buscar emprego no setor de turismo, que atinge até 1/3 dos habitantes, está relacionado à satisfação com o que fazem ou ao desinteresse com as atividades relacionadas ao turismo.

Por outro lado, para aqueles indivíduos que buscaram por oportunidades de emprego no setor, o fizeram por afirmarem que “gostam desse tipo de atividade” (25,3% e 15,5%), “tinham necessidades financeiras” (23,9% em Jeri), “não querem mais trabalhar em suas atividades tradicionais” (18,4% em Barreirinhas), “os salários são altos” (18,4% em Barreirinhas), ou “foram indicados/receberam um convite por conhecidos” (14,1% em Jeri). O desinteresse com a atividade que desempenhavam ou as atratividades – melhores salários e melhores condições de trabalho – do turismo foram os motivos que levaram cerca de 1/3 a buscarem emprego neste setor.

Pela ótica daqueles que já estão trabalhando no setor – incluídos de Barreirinhas e de Jericoacoara -, e que foram entrevistados durante a pesquisa, o emprego foi buscado por “gostarem desse tipo de atividade” (23,1% e 17,0%), “necessidade financeira” (14,1% e 25,0%), “não encontrarem outras opções de emprego/é onde tem emprego” (34,6% em Barreirinhas), “terem sido indicados/recebido convite por conhecidos” (20,0% em Jeri). A falta de opção, a necessidade financeira ou o prazer de trabalhar no turismo são os motivos apresentados por aqueles que trabalham no setor.

O que se nota a partir de tais resultados é que, aparentemente, as oportunidades de emprego no setor de turismo atraem, com maior intensidade, aqueles que possuem apreço pela atividade, que já pensam em abandonar suas atividades tradicionais, ou que foram convidados por conhecidos. Para os que não gostam da atividade, mas ainda assim buscam por oportunidades, o fazem por ser essa, talvez, a única opção de emprego nas regiões, podendo com ela suprir as necessidades financeiras que lhes são impostas.

As principais características dos incluídos de Barreirinhas e de Jericoacoara são, respectivamente: idade entre 16 e 34 anos; ensino médio completo ou ensino fundamental incompleto; residência na própria sede do município e em comunidades circunvizinhas ao local onde a atividade turística se desenvolve; renda familiar média mensal entre um e dois salários mínimos; nativos; aproximadamente a mesma porcentagem de indivíduos de gênero masculino e feminino; de religião católica; e que não participam de grupos organizados de trabalho. Chamam a atenção nestas respostas o equilíbrio de gênero e a abertura do leque de escolaridade.

Com respeito à inserção no mercado turístico, por meio da prestação de serviços de suporte à atividade (como guias, bugueiros, pilotos de embarcações náuticas, motoristas de

carros tracionados, etc.), identifica-se, pela ótica dos envolvidos, nas duas regiões, um conflito constante entre prestadores de serviços formais e prestadores de serviços informais (“piratas”). A busca pela formalização e prestação de serviços adequados se dá por meio da participação em grupos organizados de trabalho, do pagamento de impostos, da capacitação profissional coletiva, do credenciamento exigido, da disponibilização de equipamentos em boas condições de utilização, e da padronização dos serviços. Em contrapartida, enfrentam uma situação de concorrência com prestadores de serviços irregulares, despreparados, descredenciados, sem capacitação, utilizando-se de equipamentos impróprios, e que ampliam-se de forma constante, principalmente em períodos de alta temporada.

Esse conflito tem sido tratado pelos prestadores regulares de serviços como um obstáculo para se manterem no mercado. Tal aspecto foi ressaltado com a maior frequência de respostas – por questões abertas - pelos grupos organizados entrevistados, tanto em Barreirinhas quanto em Jericoacoara.

Outro aspecto de mesma relevância, também destacado em ambas localidades, foi a ausência de incentivo financeiro e maior participação das autoridades públicas (federal, estadual e municipal) nas discussões sobre os problemas que tais grupos enfrentam no dia-a-dia.

Segundo os entrevistados, o lucro que conseguem obter no desenvolvimento das atividades, não é suficiente para suprir os amplos gastos com a manutenção dos equipamentos (combustível, troca de peças, pintura para padronização) e o pagamento de impostos. O que parece é que a formalização, e a apresentação ao mercado prestando serviços adequados, é inviável financeiramente, pela falta de incentivo das representações políticas locais que, segundo eles, não fiscalizam com vigor os irregulares, e não proporcionam apoio concretos aos regulares.

No que tange a identificação e a avaliação dos fatores que mais influenciam os processos de inclusão socioeconômica no turismo, e também pela busca de aspectos recorrentes e relevantes entre os destinos estudados, foram notados os seguintes aspectos a seguir.

Dentre os onze fatores avaliados para inclusão socioeconômica direta, cinco foram considerados de forte probabilidade (**capacitação profissional; rede de relações sociais; experiência anterior; grau de escolaridade; e conhecimento da área/região**), quatro foram considerados duvidosos (gênero; idade; proximidade física de onde a atividade turística se desenvolve; e participação em cooperativas e/ou associações), e dois foram descartados (religião; e local de nascimento).

Quanto aos nove fatores de inclusão indireta, também elencados e avaliados nesta tese, cinco deles foram considerados de forte probabilidade (**regularidade no fornecimento; suficiência produtiva; disponibilidade logística; capacitação técnica e gerencial; e registros de inspeção sanitária**), e quatro foram tratados como duvidosos (emissão de notas fiscais; condições de pagamento/prazo; capital de giro, estrutura de beneficiamento e local de estocagem; e participação efetiva em cooperativas e/ou associações). Nenhum fator de inclusão indireta foi descartado.

Conclusão

O contraste entre a potencialidade cênica, refletida pelos Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses e de Jericoacoara, a abundância de áreas produtivas e mão de obra, e os baixos índices de desenvolvimento local, principalmente no que tange a geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda, é um primeiro ponto de reflexão.

Há que se pensar num modelo de desenvolvimento local no qual sejam primadas ações voltadas ao desenvolvimento a partir de dentro, ou seja, pensando-se na autossuficiência do destino. Serão necessárias, para tanto, ações integradas que:

- (a) Estimulem a capacitação e a qualificação profissional de indivíduos que busquem se inserir diretamente no setor (pelo emprego formal), pelo oferecimento de cursos de orientação técnica em funções específicas demandas em cada contexto turístico municipal;
- (b) Levem em consideração a importância das redes de confiança, que se formam entre os atores, e da vivência inicial no desempenho de uma ou mais funções, como um primeiro passo para se adquirir experiência, para efetivação dos processos de inclusão socioeconômica direta;
- (c) Primem pela ampliação dos níveis de instrução formal (escolaridade), por meio do acesso às oportunidades de escolarização de qualidade;
- (d) Sensibilizem e estimulem a vivência turística pelo próprio morador, para a melhoria do conhecimento sobre o setor de turismo e sobre a região, e sobre as oportunidades e potencialidades que esse setor pode viabilizar aos nativos, como formas de melhoria da qualidade de vida da população local;
- (e) Proporcionem incentivos, principalmente financeiros, para que grupos organizados de trabalho (que dão suporte à atividade turística) se mantenham ativos, com a padronização de alta qualidade na estrutura de oferecimento de serviços, atuando com a formalização que lhes é exigida;
- (f) Valorizem as atividades tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar, fomentando o fortalecimento da organização produtiva (por meio do apoio técnico, logístico e jurídico) e a aproximação comercial (numa perspectiva justa, ética e solidária), entre pequenos produtores rurais e o *trade* turístico;
- (g) Fortaleçam e ampliem a capacidade produtiva e a organização logística de escoamento, para que seja mantida a regularidade de fornecimento e, gradativamente, atinja-se a suficiência na produção para atendimento da demanda, envolvendo um maior número de grupos produtivos ao sistema de turismo.

Deve-se refletir que em nenhum destes focos existe impossibilidade real. Basta uma boa articulação entre agentes governamentais, empresas e atores do *trade* e a sociedade em geral. Portanto, conclui-se que o desenho das políticas públicas de inclusão social nos destinos turísticos estudados, assim como em outros destinos brasileiros que possuam similitudes, deverá se ater ao desenvolvimento endógeno e incluyente.

Bibliografia

- BRASIL. Congresso Virtual Internacional. Economia Verde e Inclusão Socioprodutiva: o papel da agricultura familiar. Reflexões para a Rio+20. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Noticias/Attachments/505/doc_final_cong_virtual_baixa_corrigido.pdf>. Acesso em: 05 jan 2013. 2012a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Editais para Projetos de Inclusão Produtiva. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/editais-de-inclusao-produtiva/>>. Acesso em: 20 jul 2012. 2012b.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Aniamal/MercadoInterno/Requisitos/RegulamentoInspecaoIndustrial.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013. 2013a.
- BOUGET, Denis. Observatoire europeen des politiques de lute contre les exclusions sociales. Nantes, Centre d'Economie des Besoins Sociaux, 1992.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos; KRÜGGELER, Thomas; SOUZA, Ricardo Timm de. Democracia e inclusão social: Desigualdade como desafio para a sociedade e a Igreja no Brasil. [s.l.]: EDIPUCRS, 2009.
- BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: PCT – INCRA/IICA, 1999.
- BURSZTYN, Ivan. Políticas públicas de turismo visando a inclusão social. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2005.
- CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral Centro-Sul Catarinense. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 51, n. 2, p. 275–294, 2013.
- CASTELL, Robert. *De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation*. Precarité du travail et vulnérabilité relationnelle. p. 137-168. Donzelot et Roman – Face à l'exclusion: le modèle français. Paris: Esprit, 1991.
- CLARKE, Jackie. *A framework of approaches to sustainable tourism*. Journal of Sustainable Tourism. Vol. 5. N. 3. 1997.
- COOPER, Chris. Turismo: princípios e práticas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- DEMO, Pedro. O charme da exclusão social. 2. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.
- FRANCE, L. (Ed.). *The Earthscan reader in sustainable tourism*. UK: Earthscan Publications Ltd., 1998.
- GARROD, Brian; FYALL, Enoque. *Beyond the rhetoric of sustainable tourism?* Tourism Management. v. 19, n 3. Reino Unido: Elsevier Science, 1998.
- GOODWIN, Harold; FONT, Xavier (ed). *Progress in Responsible Tourism*. Vol 2 (1). Disponível em: <http://www.goodfellowpublishers.com/free_files/file123ProgressVol2%281%29.pdf>. Acesso em: 09 abril 2014. 2012.
- IRVING, M. A. Áreas protegidas de fronteira e turismo sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção. Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano VIII. N. 13. Salvador: 2006.
- IRVING, Marta de Azevedo. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=210170>>. Acesso em 09 set 2013. 2010.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN). Caderno de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade. Brasília – DF: ISPN, 2011.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

NASCIMENTO, Elimar P. Globalização e exclusão social: fenômenos de uma nova crise da modernidade? In: DOWBOR, Ladislau & outros. Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

POCHMANN, Marcio. Políticas de inclusão social. Resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004.

POCHMANN, Marcio. Agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ROSSAVALON, Pierre. La nouvelle question sociale; repenser l'Etat-providence. Paris, Seuil, 1995.

RUSCHMANN, D. M. Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente. Papirus: Campinas, 2006.

RAMOS, Carlos Alberto. Notas sobre Políticas de Emprego. Ipea: Brasília, 1997.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SISTEMA FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/>>. Acesso em: 15 abr 2013. 2013.

SWARBROOKE, J. Turismo sustentável, conceitos e impacto ambiental. v.1. São Paulo: Aleph, 2000.

SHARPLEY, R. *Tourism Development and the Environment: Beyond Sustainability?* London: Earthscan, 2009.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2, p. 72–81, 2000.

SEN, A. K. *Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny*. Social Development Papers N°1, Manila, Asian Development Bank, 2000.

SERGIPE. SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Inclusão Produtiva. Disponível em: <http://www.se.gov.br/index/leitura/id/1263/Inclusao_Produtiva.htm>. Acesso em: 20 jul 2012. 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMCAS). Inclusão Produtiva. Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/semcas/frmPagina.aspx?id_pagina_web=304>. Acesso em: 06 jun 2013. 2013.

TASSO, João Paulo Faria. Turismo na Encruzilhada: estudo sobre os fatores de inserção socioeconômica em destinos turísticos emergentes (Barreirinhas - MA). 2011, 188p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TASSO, João Paulo Faria. À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros. 2014, 310p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VINH, Do Thi Thanh. *Role of the middlemen in the supply of the processing industry*. Case study: the Central South Region in Vietnam. Disponível em: <<http://ir.library.oregonstate.edu/xmlui/bitstream/handle/1957/37776/178.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 31 maio 2013. 2008.

XIBERRAS, Martine. *Les theories de l'exclusion sociale*. Paris, Meridiens-Klincksieck, 1992.